

Divididas, subcomissões vão ao debate dos 'temas marginais'

TADEU AFONSO
Enviado especial a Brasília

O aborto, a descriminalização da maconha e os direitos constitucionais das minorias sexuais deverão provocar, nesta semana, intensos debates nas subcomissões do Congresso constituinte. O aborto divide as 23 mulheres constituintes. Até agora, o vice-líder do PT, deputado José Genoino (SP), 40, é o solitário defensor da descriminalização da maconha. E, embora formalmente a favor da condenação de qualquer discriminação contra os homossexuais, os membros da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais não escondem o seu constrangimento ao discutir o assunto.

O debate sobre o aborto ocorrerá às 9h de terça-feira na Subcomissão da Família e do Menor, quando ali estará uma representante (ainda não escolhida) do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para falar sobre os direitos da gestante e o direito da mulher de dispor de seu próprio corpo. Trata-se de um eufemismo para defender o aborto. O assunto provocou na última semana uma

áspera discussão, num programa de televisão, entre as deputadas Cristina Tavares (PMDB-PE), 52, católica e solteira, a favor, e Sandra Cavalcante (PFL-RJ), 61, católica e solteira, contra.

Constrangimento mesmo sentirão também muitos membros da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, às 9h da próxima quinta-feira. Ali estará o diretor de comunicação social do grupo homossexual fluminense Triângulo Rosa, João Antônio Mascarenhas, para discutir os direitos constitucionais dos "gays".

A agitação em torno da descriminalização da maconha ficará por conta do deputado petista José Genoino, que vai apresentar sugestão nesse sentido. Genoino também deverá encaminhar outros projetos, descriminalizando o aborto e proibindo qualquer discriminação contra os homossexuais. Mas chegará atrasado nessas questões. Nesta semana, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher já encaminhou sugestões nesse sentido às subcomissões do Congresso constituinte.



FOLHA DE SÃO PAULO

26 ABR 1987 ANC 88

Pasta 24 a 30

Abril/87

048



Discriminação a homossexuais já está na pauta Descriminalização da maconha gera polêmica

A proibição da discriminação contra os homossexuais, além do apoio das militantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ganhou sexta-feira um inesperado aliado. Falando na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, o presidente da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, professor Cândido Mendes de Almeida, defendeu a inclusão da proibição da discriminação contra os homossexuais no mesmo artigo da Constituição que vedará a discriminação por causa de sexo, religião, cor, convicções políticas e filosóficas etc.

Além de membro da antiga Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que foi presidida pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), Mendes de Almeida é amigo pessoal do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Salles, que tem ameaçado a prática homossexual com as penas da eterna condenação.

No entanto, se os direitos constitucionais dos homossexuais ganham a simpatia do professor, eles provocam um certo constrangimento entre os membros da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. Muitos

não escondem até seus preconceitos ou absoluta desinformação.

Assim, embora defendendo o fim da discriminação, o deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT), 48, diz que os homossexuais "devem ser mais recatados e não seduzir menores de idade". "Entre quatro paredes —acrescenta— cada um é dono de sua vida, mas os homossexuais devem apresentar, publicamente, um perfil mais distinto e não amalucado. Devem autodisciplinar seus instintos".

Já o deputado Joaquim Haickel (PMDB-MA), 27, sorriu nervoso. Embora dizendo que a opção sexual de cada um deve ser respeitada, afirmou não saber se o assunto deva ser tratado na Constituição. "Fico meio chateado —disse— com os homossexuais quando estão por perto, pois mulher é tão bom..." O deputado José Viana (PMDB-RO), 58, afirma que os homossexuais não devem ser discriminados. Mas acrescenta: "Eles devem ser instruídos para saberem como se comportar. Eles não agem assim por gosto. É por doença".

Os mais liberais na comissão são o seu relator, Darcy Pozza (PDS-RS),

48, Lúcia Vânia (PMDB-GO), 42, e Maguito Vilela (PMDB-GO), 38. Pozza disse que a proibição da discriminação contra os homossexuais será tranquilamente aprovada em plenário. "Se quisermos dar —afirmou— um perfil democrático à nova Constituição, teremos que combater qualquer discriminação". Vilela segue o seu pensamento. E Vânia diz que os homossexuais devem ser vistos como seres humanos: "Temos que fazer uma Constituição para todos os brasileiros e, assim, as minorias devem ser ouvidas e atendidas".

Adversários irreductíveis na questão do aborto, as deputadas Cristina Tavares (PMDB-PE) e Sandra Cavalcante (PFL-RJ) defendem, na prática, a mesma posição quanto ao que deve constar na nova Constituição a respeito dos homossexuais. Ou seja, nada. Cristina acha que o assunto não deve figurar na Constituição pois o homossexualismo não é considerado crime pelo atual Código Penal. Sandra considera que os homossexuais são um desvio da natureza. Por isso, não devem gozar da mesma proteção constitucional reservada aos negros, índios etc. (TA)

Os defensores da descriminalização da maconha costumam dizer, citando estatísticas oficiais, que o consumo dessa erva já está amplamente generalizado entre a juventude. Com isso não concorda o constituinte mais jovem do país, o deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), 23. Se depender de sua vontade, o consumo de maconha continuará sendo crime.

Como ele também pensam assim muitos dos membros da Subcomissão da Família e do Menor. Segundo muitos, o que deve ser alterado é o tratamento dado aos dependentes de drogas: em vez de repressão e condenação à prisão, devem receber todo o tipo de assistência médica e terapêutica.

Relaxante

Justificando seu projeto, Genoino diz que a maconha é relaxante e não causa dependência física, podendo ser uma barreira ao consumo de drogas mais pesadas. No entanto, Cunha Lima adverte, referindo-se ao noticiário de jornais durante a sema-

na passada, que os traficantes estão retendo maconha e aumentando seus preços enquanto inundam as cidades com cocaína abundante e barata. A deputada Rita Camata (PMDB-ES), 26, segue uma linha de pensamento parecida com a de Cunha Lima: "E se a maconha não satisfazer mais uma pessoa?"

Batista e socialista, o presidente da Subcomissão da Família e do Menor, deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), 46, prefere denunciar os "impérios financeiros" atrás do comércio das drogas. "Formam-se aí —diz— verdadeiras fortunas". Aguiar, contudo, é o mais liberal da Subcomissão. Segundo ele, os dependentes da droga devem ser tratados pelo Estado, continuando a recebê-la em doses controladas pelos médicos até que se curem. Do outro lado do espectro, o deputado Sotero Cunha (PDC-RJ), 60, membro da Assembléia de Deus, afirma que o fenômeno das drogas é provocado "por entidades diabólicas que conduzem ao vício". "É —insiste— a atuação do diabo na vida dos homens. Quando o homem se conver-

te à palavra de Deus, o problema se acaba".

Tratamento

A posição contrária à descriminalização da maconha aproxima duas outras adversárias, Cristina Tavares e Sandra Cavalcante. São contra, rigorosamente, a descriminalização. Cristina reconhece que os dependentes devem receber todo o tipo de tratamento. Segundo ela, a maior parte dos crimes no Nordeste ocorre sob a ação da maconha. E lembra um caso recente em que uma pessoa morreu, perto de Recife, com dezenove facadas. Presos, os assassinos confessaram, segundo ela, que tinham fumado maconha antes. Sandra compara a liberação das drogas à "escalada contra a vida", representada também pela liberação do aborto.

Nem os meios de comunicação escapam das críticas. O deputado Iberê Ferreira (PFL-RN), 43, católico não praticante, acusa a televisão de atuar "subliminarmente" com novelas e anúncios a favor da liberação da maconha, do aborto e do fim da família. (TA)